

Relatório de Dúvidas do Processo

Processo

Número: 172/2021

Modalidade: Pregão Eletrônico

Orgão: Central de Licitações, Compras e Contratos

Número do Processo Interno: 1038890/2021

Abertura: 28/09/2021 - 13:30

Município: Vitória / ES

Registrado em	Assunto	Respondido Em
22/09/2021 - 15:22	DUVIDA SOBRE COMPOSIÇÃO DE EQUIPE	10/12/2021 - 09:53

Prezada Comissão de Licitação, boa tarde! Na Planilha de Custo, na ABA PAISAGISMO, consta na linha 104 - 2.1. CAMINHÃO BAU LEVE COM CAPACIDADE DE 14 PESSOAS Aonde se lê BAU seria CABINE SUPLEMENTAR para 12 pessoas? Aguardo o retorno. Obrigada.

Segue resposta encaminhada pelo Setor Técnico: A equipe técnica informou que foi alterada a planilha de composição, com a previsão de caminhão carroceria com cabine para 06 (seis) pessoas.

Registrado em	Assunto	Respondido Em
22/09/2021 - 17:53	Periculosidade do operador de motosserra e valores da CCT	10/12/2021 - 09:51

Prezada pregoeira, boa tarde. Solicito esclarecimento sobre a periculosidade dos cargos operador de motosserra e motopoda, pois o valor foi calculado sobre o salário mínimo da categoria (R\$ 1.272,12) e entendemos que o mesmo deveria ser feito no salário base do cargo (R\$ 1.530,83), nosso entendimento está correto? Os valores previstos na CCT como auxílio creche e odontológico devem ser cotados?

Seguem respostas encaminhadas pelo Setor Técnico: O adicional de periculosidade deve ser cotado com base no salário-mínimo da categoria, em razão do que dispõe a Cláusula 11ª do acordo coletivo. Com relação ao auxílio-creche, a Cláusula 15ª da Convenção Coletiva de Trabalho possui a seguinte redação: Fica assegurado às trabalhadoras o pagamento do valor de 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria previsto na Cláusula 3ª deste instrumento por mês, a título de Auxílio Creche, a partir do 1º (primeiro) mês de retorno ao trabalho após a licença maternidade, até o 8º (oitavo) mês de nascimento do filho, extensivo ao empregado viúvo, limitando-se este benefício para quem recebe até o piso salarial constante da Cláusula Terceira. Tendo isto em vista, no Município de Vitória, todos os trabalhadores recebem acima do piso da categoria, não incidindo referido benefício. Portanto o auxílio-creche não é considerado para a composição dos custos. Com relação ao auxílio odontológico, não há a previsão deste direito em nenhuma das convenções coletivas que devem ser observadas para fins de composição dos custos. Neste sentido, fica ao critério da empresa a cotação destes benefícios.

Registrado em	Assunto	Respondido Em
---------------	---------	---------------

Prezada pregoeira, boa tarde. Solicito esclarecimento sobre a periculosidade dos cargos operador de motosserra e motopoda, pois o valor foi calculado sobre o salário mínimo da categoria (R\$ 1.272,12) e entendemos que o mesmo deveria ser feito no salário base do cargo (R\$ 1.530,83), nosso entendimento está correto? Os valores previstos na CCT como auxílio creche e odontológico devem ser cotados?

Seguem respostas encaminhadas pelo Setor Técnico: O adicional de periculosidade deve ser cotado com base no salário-mínimo da categoria, em razão do que dispõe a Cláusula 11ª do acordo coletivo. Com relação ao auxílio-creche, a Cláusula 15ª da Convenção Coletiva de Trabalho possui a seguinte redação: Fica assegurado às trabalhadoras o pagamento do valor de 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria previsto na Cláusula 3ª deste instrumento por mês, a título de Auxílio Creche, a partir do 1º (primeiro) mês de retorno ao trabalho após a licença maternidade, até o 8º (oitavo) mês de nascimento do filho, extensivo ao empregado viúvo, limitando-se este benefício para quem recebe até o piso salarial constante da Cláusula Terceira. Tendo isto em vista, no Município de Vitória, todos os trabalhadores recebem acima do piso da categoria, não incidindo referido benefício. Portanto o auxílio-creche não é considerado para a composição dos custos. Com relação ao auxílio odontológico, não há a previsão deste direito em nenhuma das convenções coletivas que devem ser observadas para fins de composição dos custos. Neste sentido, fica ao critério da empresa a cotação destes benefícios.

Registrado em

Assunto

Respondido Em

23/09/2021 - 11:48

Dúvidas composição dos custos

10/12/2021 - 09:49

1) os valores dos combustíveis estão abaixo do valor de mercado, no caso R\$ 4,23 para diesel e R\$ 5,49 gasolina. Nesse sentido, a empresa terá direito ao reequilíbrio do contrato ou somente o reajuste após 12 meses de contrato? tendo em vista que esses insumos são representativos devido as quantidades de equipamentos e veículos que utilizam os combustíveis. 2) No caso das equipes de trabalho, a quantidade prevista como exemplo: a do paisagismo necessariamente deverá ser a quantidade prevista no termo de referência ou poderá ser subdimensionada de acordo com a necessidade da Prefeitura, ao invés de 10 equipes, 08 ou 05 ? 3) Os serviços sob demanda como poda do gramado deverá conter a equipe mínima de trabalho prevista no termo de referência, mesmo quando for solicitado uma quantidade menor do que a prevista mensalmente? 4) devido aumento dos veículos com a Pandemia, os valores do veículos poderão ser reequilibrados? houve um aumento expressivo na tabela fipe e não condizem com os valores previstos na planilha, qual método e qual referência foi utilizado como parâmetro na cotação de preços?

Seguem respostas encaminhadas pelo Setor Técnico: 1) os valores utilizados referem-se aos preços praticados na data base das composições, portanto, não se torna viável que, a cada aumento de combustíveis, tenha-se que suspender uma licitação deste porte para que os cálculos sejam refeitos devido à defasagem dos preços orçados, sendo que há previsão no edital de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme redação abaixo: CLÁUSULA NONA - DO EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO 8.1. A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos no artigo 65, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente. 8.2. O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos neste Edital, em especial nas seguintes hipóteses: a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada; b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de entrega dos envelopes e declarações complementares ou posterior à expiração da vigência do contrato; c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada; d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência; e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento. f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta. Corroborando com o tema, o TCU assim se posicionou: Não há óbice à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro visando à revisão (ou recomposição) de preços de itens isolados, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/1993, desde que estejam presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual (teoria da imprevisão); e que haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos relevantes que possam impactar o valor do contrato. Acórdão TCU nº 1.604/15 Plenário (Relator: Ministro Augusto Nardes). Portanto, diante da imprevisibilidade no aumento dos combustíveis e considerando a previsão editalícia de Reequilíbrio, este custo na planilha não sofrerá alterações. 2) O quantitativo de equipes previsto no Projeto Básico é o necessário para a prestação de serviço em todo o município, devido ao quantitativo de áreas ajardinadas. Assim, o quantitativo não poderá ser subdimensionado, devendo ser observada a composição de equipes nos seguintes moldes: 07 (sete) jardineiros, 01 (um) supervisor/encarregado e 01 (um) motorista. 3) Não, pois a medição do item relativo à poda de gramado é feita com base na metragem quadrada x mês. Conforme consta do Item 23.9.19, o critério de medição independe do número de homens e equipes, de modo que a demanda pode ser alterada a critério da contratante. 4) A empresa de consultoria Modus Engenharia afirmou que os valores utilizados para a composição dos custos referem-se aos preços praticados na data base das composições. Dessa maneira, conforme Cláusula 9ª do Contrato, relativa ao equilíbrio econômico-financeiro e Acórdão n.º 1.604/2015 do Tribunal de Contas da União, citados no primeiro questionamento, considerando a imprevisibilidade quanto ao aumento dos combustíveis e previsão editalícia, não haverá alteração relativa a este custo na planilha de composição.

Registrado em	Assunto	Respondido Em
23/09/2021 - 16:15	Dúvidas Balanço patrimonial e Credenciamento	10/12/2021 - 09:33

1. No item 9.3.5 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, subitem 9.3.5.1, item II, página 22, consta: “9.3.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 9.3.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:” “II. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo ao último exercício exigível, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos: a) Termo de Abertura; b) Termo de Encerramento; c) Balanço Patrimonial; d) Demonstração de Resultado do Exercício;” Diante do Exposto, perguntamos: a) Levando em consideração que as empresas optantes pelo regime tributário de lucro real, obrigadas a entregar o SPED Contábil desde o ano de 2009, não possuem o registro na Junta Comercial de sua Jurisdição, nos Termos de Abertura, Encerramento, Balanço e Demonstração de Resultados, e sim o Recibo de Entrega do Livro Digital, bem como autenticação dos signatários da escrituração, está correto o nosso entendimento de que, para as empresas optantes pelo regime tributário de lucro real, será aceito, na forma da lei, o SPED Contábil nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017 e Decreto Federal nº 8683/2016, que alterou o Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996 e que regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994? b) Caso negativo, qual o tratamento será aplicado às sociedades limitadas, optantes pelo regime tributário de Lucro Real, com obrigatoriedade da apresentação do Balanço na Forma do SPED Contábil Digital, com documentos na formatação acima? 2. No item 5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA PROVEDOR, subitem 5.1, página 12, consta: “5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA PROVEDOR 5.1. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados junto ao provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do pregão.” Considerando que, para fins de participação no pregão eletrônico em epígrafe, as licitantes deverão estar devidamente cadastrados e credenciadas no Portal de Compras Públicas, conforme preâmbulo do edital; Considerando que, para realizar o cadastro e credenciamento, o provedor exige apenas um representante, que será responsável perante o Portal de Compras Públicas, conforme instruções no ato do cadastro. Perguntamos: a) Está correto o nosso entendimento de que para fins de participação do pregão em epígrafe, será considerando apenas um representante para cada licitante, e este poderá ser um representante cadastrado não sendo necessário ser somente o representante legal (sócio) da empresa?

Seguem respostas encaminhadas pela Contadora e Pregoeira: 1) Resposta da Contadora: Considerando o princípio da isonomia que norteia o certame, entende-se que as empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), devem entregar os mesmos documentos estabelecidos no Edital de convocação, na forma da Lei. Ressaltamos que, em se tratando de contabilidade digital (SPED), as peças devem ser acompanhadas do Recibo de entrega da ECD emitido pelo SPED, conforme Art. 6º da IN 2003/2021 e Comunicado Técnico CTG 2001(R3) do Conselho Federal de Contabilidade, a fim de comprovar o registro no órgão competente. 2) Resposta Pregoeira: Será considerado um representante legal da empresa, sendo essa pessoa sócia ou através de Procuração outorgada pelo licitante.

Registrado em	Assunto	Respondido Em
23/09/2021 - 16:29	Esclarecimento	10/12/2021 - 09:12
Prezada Pregoeira, Solicitamos no arquivo em anexo, esclarecimento quanto alguns itens do projeto do básico e/ou planilha.		
Arquivo Anexo: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO P.E 172.2021.pdf		

Seguem respostas encaminhadas pelo Setor Técnico: a) Do ônibus ferramental com banheiro: A impugnante sustentou a inadequação do Projeto Básico no que diz respeito aos veículos utilizados como meio de transporte para os trabalhadores, com lotação estimada entre 08 (oito) e 14 (quatorze) passageiros, com o Anexo III da Portaria n.º 681/2020, do Ministério da Infraestrutura. Informamos que o Projeto Básico e, consequentemente, a planilha de composição de custos, foram retificados para adequação à normativa. b) Da poda de cercas vivas: Foi sugerido pela impugnante a substituição das tesouras manuais, previstas no Projeto Básico para a realização da poda de cercas vivas, por moto-aparador, considerando que o primeiro equipamento demandaria maior mão-de-obra para a execução dos serviços. Nos canteiros do Município de Vitória não há quantitativo de cerca viva que justifiquem o uso de moto-aparadores e a previsão destes no Projeto Básico implicaria em impacto na composição de custos de 1 (um) operador e 1 (um) moto-aparador. Atualmente tem se utilizado a tesoura manual para proceder à poda de cerca viva e o serviço vem sendo prestado de maneira satisfatória. Desse modo, a previsão de equipamentos como moto-aparadores e sopradores irão gerar ônus desnecessário à prestação do serviço, razão pela qual a sugestão feita pela impugnante não será acolhida, mantendo-se o equipamento previsto no Projeto Básico. c) Dos caminhões-pipa: A impugnante requereu a substituição dos caminhões-pipa de 8.000L por 16.000L, argumentando que em grandes avenidas e altas demandas de irrigação, a capacidade de armazenamento prevista no Projeto Básico não supre a necessidade volumétrica. Ocorre que veículos com peso bruto total (pbt) entre 16 (dezesesseis) e 45 (quarenta e cinco) toneladas estão proibidos de trafegarem no Município de Vitória, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 16.243/2015. Além disso, tendo em vista que há localidades em que o caminhão precisa se sobrepor aos canteiros, os veículos com este peso bruto total importariam em danificar as vias e calçadas dos parques. Assim, a substituição dos veículos conforme requerido pela impugnante não é possível, considerando as normas municipais e os possíveis impactos causados pelos veículos sugeridos.

Registrado em

Assunto

Respondido Em

23/09/2021 - 17:28

Esclarecimentos sobre a administração local e tributação

10/12/2021 - 09:08

Prezada pregoeira, boa tarde! Solicito esclarecimento dos itens abaixo: 1) O órgão cederá alguma área para guardar os caminhões? Em relação a equipe da administração local, será cedido algum local? 2) Os valores de PIS/COFINS estão abaixo do percentual previsto em lei, qual cálculo foi utilizado? 3) Em relação a administração local, a empresa deverá fornecer todas as funções prevista na planilha de custo, com quantidade e valores estipulados? 4) Boa parte dos cargos previstos na administração local não estão previstos na CCT de limpeza, dessa forma, a empresa pode alterar os valores cotados?

Seguem respostas encaminhadas pelo Setor Técnico: 1) A contratante não cederá qualquer área, seja para guarda de veículos ou para equipe de administração; 2) Os valores de PIS/COFINS considerados no cálculo de BDI levam em tomam por base o valor líquido dos tributos. Dessa maneira, são descontados, para este fim, os créditos dos insumos adquiridos. 3) Conforme esclarecido pelo consultor Modus Engenharia, os custos com a Administração do Contrato foram considerados no BDI. Para evitar quaisquer equívocos, a aba relativa à administração do contrato foi retirada da planilha de composição de custos. 4) Conforme esclarecido pelo consultor Modus Engenharia, os custos com a Administração do Contrato foram considerados no BDI. Para evitar quaisquer equívocos, a aba relativa à administração do contrato foi retirada da planilha de composição de custos.

Voltar